



António Simas Santos

Tripolaridade serôdia

A assim designada, tripolaridade açoriana, é, seguramente, a última grande sombra, proveniente do antigo regime, que paira sobre a autonomia e que que condiciona, constantemente, a nossa vida regional. Por imperativo legal, os distritos passaram a ex-distritos e as respectivas capitais a ex-capitais.

E, assim, se têm mantido desde que a autonomia foi criada. Ex no plano legal, mas, inteiramente activas, no plano prático. Pese embora, que no nosso ordenamento jurídico existam apenas ilhas e, dentro delas, concelhos e freguesias.

Mas as “sequelas” dos distritos mantêm-se, conservando benefícios atribuídos às ex-capitais, por condicionalismos políticos de então, e que passam pela distribuição de sedes de secretarias regionais e acabando nas sedes de governo e do poder legislativo. Com a exclusão das restantes seis ilhas.

Um pecado original que nunca foi corrigido por falta de vontade do partidos que, no seu conjunto, nunca quiseram assumir o risco de perdas eleitorais, sobretudo nos ciclos eleitorais mais populosos. Mantendo. Inequivocamente, o ferrete de ilhas de primeira e de segunda.

Dando origem a insularidades subsidiárias dentro da insularidade “mãe”. Realidade que toda a gente sente e percebe, mas que, por conveniências partidárias, não faz parte da agenda política, nem presente nem futura. Sendo, talvez, preciso que alguém grite que o rei vai nu.

Sendo que nada nos move contra as ilhas privilegiadas, os respectivos desenvolvimento económico, demográfico e sucesso político. Os nossos constituintes são as outras seis ilhas que, por

obra e graça de tudo o que acima se disse, se viram remetidas a um papel secundário na caminhada autonómica, aberta pelo 25 de Abril.

Apenas a descentralização política e administrativa da Região, feita com grande criatividade e de forma progressiva, poderá alterar estes lamentável estado de coisas. Como habitualmente, haverá muito boa gente que irá considerar esta perspectiva como lírica ou utópica, mas sair da zona de conforto é, como se sabe, bem difícil.

Ninguém de bom senso poderá almejar a que todas ilhas se transformem em pequenos são-miguéis, terceiras ou faiais. Apenas que todas tenham acesso, proporcional, à mesa do orçamento regional e à igualdade de oportunidade de empregos. Que tenham “a garantia do desenvolvimento equilibrado de todas e cada uma das ilhas” como reza o Estatuto Político-Administrativo da Região.

Um tema político incómodo, mas, como afirmou Nelson Mandela, *ser livre não é apenas quebrar as próprias correntes, mas viver de uma maneira que respeite e aumente a liberdade dos outros*. O que só será possível se conseguirmos conciliar visão com coração.

A presente tripolaridade é efectivamente uma realidade serôdia. Que vive de um mini “terreiro do paço”, ainda por cima, tripartido. É, certamente, tempo para trazer o assunto para o centro do debate político. Sob pena de continuarmos a sofrer de uma profunda e irreversível (?) desertificação, escondidos atrás dos biombos dourados do turismo e do dinheiro de Bruxelas.

Pedro Nascimento Cabral congratula-se com unanimidade em torno da Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social



A Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e Exclusão Social proposta pela Câmara Municipal de Ponta Delgada foi aprovada por unanimidade e com votos de louvor na última Assembleia Municipal de 29 de Abril, facto que o Presidente do Município, Pedro Nascimento Cabral, considera ser demonstrativo de uma “política autárquica activa, sistémica e responsável que se desenvolve no sentido de corrigir assimetrias e apoiar famílias e pessoas em situação de maior

vulnerabilidade ou fragilidade económica e social”.

“Depois de ter sido votada favoravelmente em reunião ordinária de Câmara, de ter também merecido a aprovação por parte de todos os membros integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Coesão Social realizado no passado dia 20 de Abril, a Estratégia Local de Combate à Pobreza e Exclusão Social voltou a ser aprovada por unanimidade e mereceu votos de louvor na última Assembleia Municipal. Sendo o documento onde surge vertido o plano de acção que desenhámos para reverter quadros de desigualdade e exclusão social até 2026, esta é a confirmação de que o actual executivo está a dar passos acertados e firmes para conferir uma maior igualdade de oportunidades entre a população do concelho”, reforça o autarca.

“Foi com agrado que constatei o carácter consentâneo que emergiu de todos os intervenientes que apreciaram a estratégia”, acrescenta o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, especificando que o documento que a suporta orientará a actuação da autarquia e do Conselho Municipal de Desenvolvimento e Coesão Social nos próximos três anos, prevendo-se “uma concertação com

aquelas que são as políticas regionais de combate à pobreza e exclusão social”.

O plano de acção da Estratégia Local Integrada de Combate à Pobreza e Exclusão Social contempla 71 medidas estratégicas que se dividem em oito objectivos estratégicos, por sua vez, integrados em cinco áreas prioritárias, designadamente: Educação e Formação Generalizada, Protecção Social, Habitação, Emprego, Cultura e Saúde.

O plano de acção propõe-se a reduzir a pobreza e exclusão social nas crianças e jovens de Ponta Delgada, promover o sucesso escolar e combater o absentismo em todos os níveis de ensino, desenvolver mecanismos que promovam o envelhecimento activo e novas soluções para idosos, pessoas com deficiência ou com doença mental e dependentes que necessitem de apoio.

Simultaneamente, procurará alargar e reforçar as respostas de habitação, diminuir o número de pessoas em situação de sem abrigo, viabilizar um estilo de vida saudável e reduzir as dependências, actuar de forma próxima junto de pessoas com problemas de saúde mental, bem como desenvolver mecanismos e projectos em áreas complementares que minimizem a pobreza e exclusão social.

Alexandre Gaudêncio enaltece papel do jornalismo

O Presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande, Alexandre Gaudêncio, marcou presença na inauguração da exposição sobre Mário Mesquita, que decorreu no passado dia 28 de Abril no Arquipélago - Centro de Artes Contemporâneas, no âmbito do I congresso de jornalistas dos Açores.

Na ocasião, o autarca destacou a importância do papel do jornalismo no quotidiano, fazendo referência à isenção e imparcialidade que devem pautar a profissão.

“Numa altura em que as notícias falsas, muitas vezes divulgadas pelas redes sociais, fazem parte do nosso dia-a-dia, cabe à vossa classe distinguir o trigo do joio, para que a verdade seja sempre relevada”, referiu Gaudêncio. Com uma alusão à inteligência artificial, Alexandre Gaudêncio deixou patente que “Embora as novas tendências poderem, à primeira vista, facilitar o nosso trabalho, não devemos deixar passar o carácter humano e emotivo que devem pautar a nossa actuação, como políticos, mas também como jornalistas.”

No final da sua intervenção, o autarca agradeceu à comissão organizadora do congresso ter escolhido a Ribeira Grande para divulgar a importante obra e trabalho de Mário Mesquita.